

RECURSO ESPECIAL Nº 1.843.553 - PR (2019/0311664-0)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : JOSÉ OLÍMPIO DE PAULA XAVIER - ESPÓLIO
RECORRENTE : MARCELO DE PAULA XAVIER
RECORRENTE : MIGUEL DE PAULA XAVIER NETO
ADVOGADO : LILIAN LÚCIA BRUNETTA - PR040844
RECORRIDO : ESTADO DO PARANÁ
AGRAVANTE : ESTADO DO PARANÁ
ADVOGADOS : CLEIDE ROSECLER KAZMIERSKI - PR019557
MARIA MARTA RENNER WEBER LUNARDON - PR008178
AGRAVADO : JOSÉ OLÍMPIO DE PAULA XAVIER - ESPÓLIO
AGRAVADO : MARCELO DE PAULA XAVIER
AGRAVADO : MIGUEL DE PAULA XAVIER NETO
ADVOGADO : LILIAN LÚCIA BRUNETTA - PR040844

DECISÃO

ESPÓLIO DE JOSÉ OLÍMPIO DE PAULA XAVIER, MARCELO DE PAULA XAVIER e MIGUEL DE PAULA XAVIER NETO, de um lado, e ESTADO DO PARANÁ, de outro, interpõem recursos especiais contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado (e-STJ, fls. 1.319/1.320):

"APELAÇÃO CÍVEL – EMBARGOS À EXECUÇÃO – SENTENÇA QUE JULGA PARCIALMENTE PROCEDENTES OS PEDIDOS INICIAIS, CONDENANDO A PARTE RÉ, AINDA, AO PAGAMENTO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS. RECURSO DE AMBAS AS PARTES.1- PRELIMINAR EM CONTRARRAZÕES (ESTADO DO PARANÁ) – FALTA DE INTERESSE RECURSAL – INOCORRÊNCIA – PARCIAL PROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS REVISIONAIS QUE NÃO PREJUDICA O PLEITO DE EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO – ARGUMENTO REJEITADO.2 – APELO - ESTADO DO PARANÁ – 2.1. JUROS REMUNERATÓRIOS – LIMITAÇÃO À MÉDIA DE MERCADO – IMPOSSIBILIDADE – PERÍCIA QUE DEMONSTROU A INEXISTÊNCIA DE ABUSIVIDADE NA TAXA EFETIVAMENTE PRATICADA, QUE SEQUER SUPEROU UMA VEZ E MEIA A MÉDIA – ARGUMENTO ACOLHIDO.2.2. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS– TABELA PRICE – INCIDÊNCIA QUE NÃO IMPLICA NECESSARIAMENTE NA CAPITALIZAÇÃO DE JUROS – INDISPENSABILIDADE DE PROVA DA ABUSIVIDADE-DESNECESSÁRIA DISCUSSÃO NOS AUTOS - RELAÇÃO CONTRATUAL DAS PARTES QUE SE INICIOU ANTES DA PUBLICAÇÃO DA MP 1.963-17/2000, REEDITADA SOB O Nº

2.170-36/2001, FATO ESTE QUE IMPEDE A INCIDÊNCIA DE CAPITALIZAÇÃO DE JUROS.2.3. MULTA MORATÓRIA – LIMITAÇÃO AO PERCENTUAL DE 2% (ART. 52, §1º, DO CDC) QUE DEVERÁ OCORRER APENAS NO CONTRATO DE CONFISSÃO E RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDA, PORQUANTO CELEBRADO APÓS A ALTERAÇÃO LEGISLATIVA Nº. 9.298/1996. NOS ANTERIORES, DEVERÁ SER MANTIDA A MULTA MORATÓRIA EFETIVAMENTE CONTRATADA. 3. APELO – ESPÓLIO DE JOSÉ OLÍMPIO DE PAULA XAVIER – ILIQUIDEZ E INCERTEZA DO TÍTULO – INOCORRÊNCIA – INSTRUMENTO DE CONFISSÃO E RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDA QUE PREENCHE TODOS OS REQUISITOS LEGAIS – INTELIGÊNCIA DO ART. 784, INC. II, DO NCPC- ARGUMENTO REJEITADO.SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA, PARA QUE EM TODOS OS CONTRATOS FIRMADOS SEJAM MANTIDOS OS JUROS REMUNERATÓRIOS EFETIVAMENTE PACTUADOS, E APENAS PARA OS CONTRATOS QUE ORIGINARAM A CONFISSÃO DE DÍVIDA EXEQUENDA SEJAM MANTIDOS OS PERCENTUAIS DA MULTA MORATÓRIA EFETIVAMENTE CONTRATADOS, REDISTRIBUINDO, POR FIM, OS ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA. RECURSO DE APELAÇÃO 1 - CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.RECURSO DE APELAÇÃO 2 - CONHECIDO E DESPROVIDO."

O apelo extremo interposto pelo ESTADO DO PARANÁ não foi admitido, o que ensejou a interposição de agravo em recurso especial. Em suas razões, o recorrente aponta violação dos arts. 52 do CDC e 85, 489 e 1.022 do CPC/2015, argumentando a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional e a necessidade de redução da multa moratória e de fixação equitativa dos honorários de sucumbência.

No recurso manejado pelo ESPÓLIO DE JOSÉ OLÍMPIO DE PAULA XAVIER e OUTROS, de sua vez, os recorrentes afirmam ofensa aos arts. 85 e 801 do CPC/2015 e sustentam, em suma, a ausência de liquidez do título executivo extrajudicial e a irrisoriedade dos honorários advocatícios fixados.

É o relatório.

Depreende-se dos autos que a contenda diz respeito à embargos à execução opostos em desfavor do Estado do Paraná, cuja matéria é de competência da Primeira Seção e de suas respectivas Turmas, tendo em vista a presença de Ente Público no polo passivo da

Superior Tribunal de Justiça

demanda, conforme o disposto no artigo 9º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, (v.g. CC 150.050/DF, Relator o Ministro Og Fernandes, DJe de 9/5/2017).

Diante do exposto, determino a redistribuição deste feito a um dos eminentes Ministros que compõem a eg. Primeira Seção.

Publique-se.

Brasília/DF, 18 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator